

Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.

CNPJ: 25.176.404/0001-61

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Teresina, 13 de fevereiro de 2026.

Diretoria executiva

Bruno Riga

Fabio Destefani Campos

Vago

Vago

Vago

Cargo

Diretor-Presidente

Diretor de Operação e Manutenção

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Compras

Diretor de Construção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.
Teresina - PI**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ


Alexandre Virgílius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.687	69
Contas a receber de clientes	4	5.801	3.986
Outros tributos compensáveis		56	56
Adiantamento a fornecedores	6	2.263	3.429
Compartilhamento de infraestrutura a receber	21	6.208	4.650
Indenização de seguros	7	9.398	1.370
Outros créditos		209	202
Total do ativo circulante		25.622	13.762
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	5	1.311	1.671
Imobilizado	8	375.473	368.683
Intangível	9	2.287	2.359
Total do ativo não circulante		379.071	372.713
Total do ativo		404.693	386.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	10	39.490	26.159
Empréstimos e financiamentos	11	121.918	175.309
Obrigações por arrendamentos		56	79
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	3.482	952
Outras obrigações fiscais		1.008	627
Salários, provisões e encargos sociais		1.485	1.150
Encargos setoriais		16	46
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	21	22.908	17.843
Ressarcimento mercado regulado		2.301	3.490
Obrigações com acionistas - redução de capital	21	33.000	-
Repasse indenização de seguros	7	34.698	34.698
Outras obrigações		916	2.293
Total do passivo circulante		261.278	262.646
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	11	146.329	65.901
Obrigações por arrendamentos		1.371	1.395
Outras obrigações fiscais		2.180	2.079
Provisão para desmantelamento	13	331	224
Obrigações com acionistas - redução de capital	21	-	33.000
Provisões para processos judiciais	14	2	1
Total do passivo não circulante		150.213	102.600
<u>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u>			
Capital social	15	136.855	120.114
Prejuízos acumulados		(143.653)	(98.885)
Total do patrimônio líquido		(6.798)	21.229
Total do passivo		404.693	386.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	17	25.903	23.887
Custo	18	(35.280)	(28.308)
Prejuízo		(9.377)	(4.421)
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	18		
Despesas gerais e administrativas		(6.756)	(2.108)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		3.769	(2.224)
Indenização de seguros		9.515	4.185
Outras receitas operacionais		1.383	-
Total receitas (despesas) operacionais		7.911	(147)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(1.466)	(4.568)
<u>Resultado financeiro</u>	19		
Receitas financeiras		336	181
Despesas financeiras		(38.938)	(29.940)
Variações cambiais líquidas		(40)	(376)
Total do resultado financeiro		(38.642)	(30.135)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(40.108)	(34.703)
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	20		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.660)	(1.781)
Total dos tributos		(4.660)	(1.781)
Prejuízo do exercício		(44.768)	(36.484)
Prejuízo por ação em R\$ - básico e diluído	16	(0,1900)	(0,1974)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(44.768)	(36.484)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(44.768)	(36.484)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81.960	(393)	(62.401)	19.166
<u>Resultado abrangente total:</u>				
Prejuízo exercício	-	-	(36.484)	(36.484)
<u>Transações com os acionistas</u>				
Aumento de capital	153.694	(115.540)	-	38.154
Integralização de capital	-	393	-	393
Saldo em 31 de dezembro de 2024	235.654	(115.540)	(98.885)	21.229
<u>Resultado abrangente total:</u>				
Prejuízo exercício	-	-	(44.768)	(44.768)
<u>Transações com os acionistas</u>				
Integralização de capital	-	16.741	-	16.741
Saldo em 31 de dezembro de 2025	235.654	(98.799)	(143.653)	(6.798)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(44.768)	(36.484)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	12.696	12.450
Variações cambiais da dívida	2.428	2.699
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(3.769)	2.224
Provisões para processos judiciais	3	1
Juros sobre obrigações de arrendamento	163	166
Juros sobre empréstimos e financiamentos	31.357	22.107
Provisão para desmantelamento	107	67
Baixa de ativo imobilizado	3.418	103
Custo de transação	44	44
Indenização de seguros	(9.515)	(4.185)
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	1.954	(1.021)
Adiantamento a fornecedores	1.166	19
Compartilhamento de infraestrutura a receber	(1.558)	809
Indenização de seguros	1.487	2.815
Outros créditos	(7)	41
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	13.331	(25.715)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.656	1.751
Outras obrigações fiscais	482	(8)
Salários, provisões e encargos sociais	335	(11)
Encargos setoriais	(30)	17
Ressarcimento mercado regulado	(1.189)	(869)
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	5.065	4.182
Outras obrigações	(1.377)	2.293
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(659)	(703)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(163)	(166)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.126)	(1.533)
Pagamento de processos judiciais	(2)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	13.529	(18.907)
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(22.817)	(14.011)
Adições para ativo intangível	(15)	(15)
Cauções e depósitos	360	238
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(22.472)	(13.788)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Aumento de capital	-	38.154
Integralização de capital	16.741	393
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(6.133)	(6.192)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(47)	(55)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	10.561	32.300
Varição no caixa líquido	1.618	(395)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	69	464
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.687	69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 4 de julho de 2016, com sede na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, controlada pela Enel Brasil S.A., e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial solar de 50 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado do Piauí, que foi objeto da Portaria nº 214/2018-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração e com prazo de concessão até 5 de junho de 2053.

Em 22 de fevereiro de 2020 foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a entrada em operação comercial da Central Geradora Fotovoltaica (UFV) conforme Despacho da Aneel nº 589/2020.

1.1 Curtailment

Em 24 de novembro de 2025, a Medida Provisória nº 1.304/2025 foi convertida na Lei nº 15.269/2025, consolidando dispositivos legais que tratam da compensação financeira de geradores de energia elétrica por cortes de geração (*curtailment*) no Sistema Interligado Nacional (SIN). A referida lei prevê que o titular de outorga de geração eólica ou solar fotovoltaica fará jus à compensação pelos impactos econômicos decorrentes de eventos de indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica ocorridos no período compreendido entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, desde que assinem o termo de compromisso desistindo das ações em curso sobre o tema.

Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) submeteu à Consulta Pública nº 210/2025 a minuta do Termo de Compromisso previsto na Lei nº 15.269/2025, com o propósito de estabelecer, em conjunto com os agentes do setor elétrico, as regras procedimentais para adesão, apuração, cálculo e liquidação do ressarcimento das compensações decorrentes de *curtailment*. O prazo de contribuição terminou no dia 16 de janeiro de 2026. Os agentes eólicos e solares enviaram uma contribuição única consolidada através das associações Abeeólica e Absolar.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informadas sobre o andamento do tema.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de janeiro de 2025

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
<i>CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras</i>	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 8 – Imobilizado;
- Nota 9 – Intangível;
- Nota 13 – Provisão para desmantelamento;
- Nota 14 – Provisões para processos judiciais; e
- Nota 22 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	1.687	69
Total	1.687	69

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos				Total	PECLD	31.12.2025
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		93	-	-	-	-	93	-	93
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		340	-	-	-	-	340	-	340
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		2.034	219	409	1.972	413	714	(1.205)	4.556
Contas a receber - partes relacionadas	21	812	-	-	-	-	812	-	812
Total		3.279	219	409	1.972	413	714	(1.205)	5.801

	Nota	A vencer	Vencidos			Total	PECLD	31.12.2024
			de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		532	-	-	-	532	-	532
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		2.683	-	-	-	2.683	-	2.683
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		1.963	585	1.369	1.176	5.093	(4.974)	119
Contas a receber - partes relacionadas	21	652	-	-	-	652	-	652
Total		5.830	585	1.369	1.176	8.960	(4.974)	3.986

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP e Ressarcimento ACR), em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.750)
Provisões	(2.473)
Reversões	249
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.974)
Provisões	(250)
Reversões	4.019
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.205)

5. Cauções e depósitos

		31.12.2025	31.12.2024
BNB	Fundo de liquidez BNB	1.311	1.671
	Total	1.311	1.671

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

O saldo é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste - BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento (nota explicativa nº11).

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2039, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o montante de R\$ 2.263 (R\$ 3.429 em 31 de dezembro de 2024), referente a adiantamento a fornecedores para aquisição de equipamentos que compõem o ativo imobilizado.

7. Indenização de seguros

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Indenização de seguros	7.1	7.954	1.370
Indenização de seguros - partes relacionadas	21	1.444	-
		9.398	1.370
Repasso indenização de seguros - partes relacionadas	21	(34.698)	(34.698)
		(34.698)	(34.698)
Total		(25.300)	(33.328)

7.1 Refere-se a indenização por dano ocasionado nos cabos de média tensão e indenização por lucro cessante em decorrência das perdas de geração de energia pelo período de 24 meses, reconhecido o montante de R\$ 9.515 (R\$ 4.185 em 31 de dezembro de 2024), no resultado da Companhia. O valor da indenização foi aprovado pela seguradora contratada pela Companhia, com previsão de liquidar a indenização até 31 de dezembro de 2026.

8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de instalações técnicas/mecânicas - solar, linha de transmissão, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 14).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia monitora de forma contínua as mudanças nos cenários econômico, operacional, regulatório e tecnológico que possam afetar a recuperabilidade de seus ativos, em linha com o disposto no CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), o qual requer a avaliação da existência de indícios de perda sempre que houver eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo possa não ser recuperável.

Adicionalmente, a Companhia realiza testes anuais de redução ao valor recuperável para os ativos ou unidades geradoras de caixa, independentemente da existência de indícios de perda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2024	Adições	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	140.086	-	-	-	74	2.591	142.751
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	-	10
Instalações técnicas/mecânicas solar	251.697	-	-	(3.784)	-	18.369	266.282
Linhas de transmissão	3.870	-	-	-	-	77	3.947
	395.663	-	-	(3.784)	74	21.037	412.990
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(9.148)	-	(4.662)	-	-	-	(13.810)
Móveis e utensílios	(4)	-	(1)	-	-	-	(5)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(23.087)	-	(7.742)	366	-	-	(30.463)
Linhas de transmissão	(320)	-	(126)	-	-	-	(446)
	(32.559)	-	(12.531)	366	-	-	(44.724)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos	1.428	22.025	-	-	-	(21.037)	2.416
	1.428	22.025	-	-	-	(21.037)	2.416
Total do imobilizado	364.532	22.025	(12.531)	(3.418)	74	-	370.682
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Imóveis	4.151	718	(78)	-	-	-	4.791
	4.151	718	(78)	-	-	-	4.791
Total	368.683	22.743	(12.609)	(3.418)	74	-	375.473

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou baixas de bens no montante de R\$ 3.418. A Companhia possui seguro contra danos materiais, e dessa forma será indenizada. A indenização a receber foi registrada na rubrica de Indenização de seguros – vide nota explicativa nº 7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

	31.12.2023	Adições (Reversões)	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	223.834	-	-	-	(480)	(83.268)	140.086
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	-	10
Reservatórios, barragens e adutoras	10.453	-	-	-	-	(10.453)	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	133.288	-	-	-	-	118.409	251.697
Linhas de transmissão	3.746	-	-	-	-	124	3.870
	371.331	-	-	-	(480)	24.812	395.663
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(5.731)	-	(7.394)	-	-	3.977	(9.148)
Móveis e utensílios	(4)	-	-	-	-	-	(4)
Reservatórios, barragens e adutoras	(27)	-	-	-	-	27	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	(14.068)	-	(4.799)	-	-	(4.220)	(23.087)
Linhas de transmissão	(438)	-	(98)	-	-	216	(320)
	(20.268)	-	(12.291)	-	-	-	(32.559)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos	12.190	14.050	-	-	-	(24.812)	1.428
	12.190	14.050	-	-	-	(24.812)	1.428
Total do imobilizado	363.253	14.050	(12.291)	-	(480)	-	364.532
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Imóveis	4.386	(58)	(74)	(103)	-	-	4.151
	4.386	(58)	(74)	(103)	-	-	4.151
Total	367.639	13.992	(12.365)	(103)	(480)	-	368.683

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2025, a Companhia conduziu à revisão das vidas úteis dos ativos, não tendo sido identificada a necessidade de alteração das taxas de depreciação anteriormente adotadas. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos
 - iii. Sobressalentes: 20-30 anos
 - iv. Veículos: 7 anos
 - v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, são as seguintes:

Elétricos	% (ano)
Edif. Ob. Cívicas e benfeitorias	3,45% - 4,00%
Linhas de transmissão	3,45% - 3,70%
Instalações técnicas/mecânicas solar	3,45% - 4,00%
Não elétricos	
Móveis e utensílios	6,25%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	18,25

9. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	2.715	(475)	2.240	2.321
Custo incremental	59	(12)	47	38
Total	2.774	(487)	2.287	2.359

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.715	-	-	2.715
Custo incremental	44	15	-	59
	2.759	15	-	2.774
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(394)	-	(81)	(475)
Custo incremental	(6)	-	(6)	(12)
	(400)	-	(87)	(487)
Total	2.359	15	(87)	2.287

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.715	-	-	2.715
Custo incremental	29	15	-	44
	2.744	15	-	2.759
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(312)	-	(82)	(394)
Custo incremental	(3)	-	(3)	(6)
	(315)	-	(85)	(400)
Total	2.429	15	(85)	2.359

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	% (ano)
Direito de uso da concessão	3,33%
Custo incremental	10,08%

10. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia		65	488
Compra de energia - partes relacionadas	21	5.426	651
Encargo de uso da rede		367	351
Encargo de uso da rede - partes relacionadas		-	-
		5.858	1.490
Materiais e serviços		14.890	8.073
Materiais e serviços - partes relacionadas	21	18.742	16.596
		33.632	24.669
Total		39.490	26.159

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

11. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

11.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	Circulante			Não circulante			31.12.2025	Circulante			Não circulante			31.12.2024
		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
Moeda nacional															
Banco do Nordeste		3.666	33	3.699	47.579	-	47.579	51.278	3.710	32	3.742	51.196	-	51.196	54.938
		3.666	33	3.699	47.579	-	47.579	51.278	3.710	32	3.742	51.196	-	51.196	54.938
Moeda nacional - partes relacionadas															
Enel Brasil S.A.	21	78.961	39.258	118.219	67.294	31.456	98.750	216.969	133.923	37.644	171.567	12.331	2.374	14.705	186.272
		78.961	39.258	118.219	67.294	31.456	98.750	216.969	133.923	37.644	171.567	12.331	2.374	14.705	186.272
Total		82.627	39.291	121.918	114.873	31.456	146.329	268.247	137.633	37.676	175.309	63.527	2.374	65.901	241.210

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

A movimentação da dívida é como segue:

11.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	168.457	54.798	223.255
Encargos provisionados	22.107	-	22.107
Encargos pagos	(703)	-	(703)
Variação monetária	2.699	-	2.699
Transferências	(11.103)	11.103	-
Pagamentos / amortizações	(6.192)	-	(6.192)
Amortização custos de transação	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2024	175.309	65.901	241.210
Encargos provisionados	31.357	-	31.357
Encargos pagos	(659)	-	(659)
Variação monetária	2.428	-	2.428
Transferências	(80.428)	80.428	-
Pagamentos / amortizações	(6.133)	-	(6.133)
Amortização custos de transação	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2025	121.918	146.329	268.247

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Banco do Nordeste	53.012	30/11/20	15/12/39	IPCA + 1,45%	Mensalmente	Mensalmente	CAPEX	Sim
Mútuos - Enel Brasil	590	25/11/20	25/05/26	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo VII - Enel Brasil	878	25/01/22	26/12/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo VIII EGP - Enel Brasil	510	31/01/22	30/12/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo IX EGP - Enel Brasil	2.038	15/02/22	16/02/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XIII EGP - Enel Brasil	1.019	16/05/22	18/05/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XIV EGP - Enel Brasil	3.567	20/05/22	19/05/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XV EGP - Enel Brasil	1.529	27/06/22	27/06/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XVI EGP - Enel Brasil	4.382	25/07/22	24/07/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XIX EGP - Enel Brasil	11.210	17/10/22	03/03/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XX EGP - Enel Brasil	6.726	25/10/22	03/03/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXI EGP - Enel Brasil	2.548	29/11/22	28/05/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXII EGP - Enel Brasil	1.956	09/12/22	11/12/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXIII EGP - Enel Brasil	11.465	20/12/22	19/12/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXIV EGP - Enel Brasil	3.567	05/01/23	05/12/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXV EGP - Enel Brasil	7.338	25/01/23	26/12/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXVI EGP - Enel Brasil	6.828	30/01/23	30/12/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXVII EGP - Enel Brasil	4.994	06/02/23	06/02/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXVIII EGP - Enel Brasil	3.057	15/02/23	16/02/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXIX EGP - Enel Brasil	2.752	17/02/23	16/02/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXX EGP - Enel Brasil	8.255	05/05/23	05/05/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXI EGP - Enel Brasil	4.994	15/05/23	15/05/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXII EGP - Enel Brasil	2.242	19/05/23	19/05/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXIII EGP - Enel Brasil	4.178	05/06/23	05/06/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXIV EGP - Enel Brasil	13.452	15/06/23	17/06/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXV EGP - Enel Brasil	3.261	26/06/23	26/06/30	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXVI EGP - Enel Brasil	2.038	05/07/23	03/07/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXVII EGP - Enel Brasil	6.624	14/07/23	14/07/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXVIII EGP - Enel Brasil	2.140	17/07/23	17/07/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XXXIX EGP - Enel Brasil	9.784	25/07/23	24/07/26	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XL EGP - Enel Brasil	3.465	03/08/23	03/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XLI EGP - Enel Brasil	6.319	04/08/23	03/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mútuo XLII EGP - Enel Brasil	2.548	14/08/23	13/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	29.381	29.381	29.381	29.381	29.378	146.902
Custo a amortizar	(44)	(44)	(44)	(44)	(397)	(573)
Total	29.337	29.337	29.337	29.337	28.981	146.329

Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *Covenants* financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

12. Imposto de renda e contribuição social, líquidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e a compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido é a pagar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	164	162
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2	30
	166	192
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	(2.661)	(822)
Contribuição social	(987)	(322)
	(3.648)	(1.144)
Total	(3.482)	(952)

13. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 13,44% (14,72% em 31 de dezembro de 2024), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- A estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- Esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A taxa de desconto é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial		224	637
Adição		74	-
Baixas		-	(480)
Atualização financeira	19	33	67
Saldo final		331	224

14. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

14.1 Contingência com risco provável

	31.12.2024	Adição	Pagamentos	31.12.2025
Cíveis	1	3	(2)	2
Total	1	3	(2)	2

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 1 referente as ações cíveis em que a probabilidade de perda foi julgada como provável.

14.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	14.2.1	192	-
Cíveis	14.2.2	2.772	2.589
Total		2.964	2.589

14.2.1 Trabalhistas

A Companhia, discute, no âmbito trabalhista, 2 processos de empregados próprios. Nesse caso, englobam ações pleiteando dano moral e material.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

14.2.2 Cíveis

A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social é de R\$ 235.654 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal), com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	235.654.395	99,9999996%	235.654.395	99,9999996%
Alba Energia Ltda.	1	0,0000004%	1	0,0000004%
Total	235.654.396	100,0000000%	235.654.396	100,0000000%

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital da Companhia, no montante de R\$ 153.694, com a emissão de 153.694.000 ações, pela controladora Enel Brasil S.A. Até 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 38.547 foi integralizado, permanecendo pendente a integralizar, o montante de R\$ 115.540. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi integralizado o montante de R\$ 16.741, permanecendo pendente a integralizar o saldo de R\$ 98.799.

15.2 Destinação do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 44.768 (R\$ 36.484 em 31 de dezembro de 2024).

16. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício		(44.768)	(36.484)
Número de ações	15	235.654.396	184.842.992
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		(0,1900)	(0,1974)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

17. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	17.1	17.166	16.728
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	17.1 e 21	10.170	8.172
Mercado de curto prazo	17.2	117	170
Receita operacional bruta		27.453	25.070
Deduções da receita			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(167)	(148)
COFINS		(1.136)	(851)
PIS		(247)	(184)
Total deduções da receita		(1.550)	(1.183)
Total		25.903	23.887

17.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

17.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

18. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

							2025
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Indenização de seguros	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(7.123)	(403)	-	-	-	(7.526)
Material		(715)	(130)	-	-	-	(845)
Serviços de terceiros		(2.243)	(596)	-	-	-	(2.839)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	21	-	(1.681)	-	-	-	(1.681)
Energia elétrica comprada para revenda		(596)	-	-	-	-	(596)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	21	(6.884)	-	-	-	-	(6.884)
Encargos do uso de rede elétrica		(3.775)	-	-	-	-	(3.775)
Seguros		(1.248)	-	-	-	-	(1.248)
Depreciação e amortização		(12.696)	-	-	-	-	(12.696)
Baixa de imobilizado		-	(3.418)	-	-	-	(3.418)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	3.769	-	-	3.769
Provisões para processos judiciais		-	(3)	-	-	-	(3)
Indenização de seguros	7	-	-	-	9.515	-	9.515
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(525)	-	-	1.383	858
Total		(35.280)	(6.756)	3.769	9.515	1.383	(27.369)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Indenização de seguros	Total
Pessoal		(7.601)	(309)	-	-	(7.910)
Material		(476)	-	-	-	(476)
Serviço de terceiros		(748)	-	-	-	(748)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	21	-	(1.682)	-	-	(1.682)
Energia elétrica comprada para revenda		(458)	-	-	-	(458)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	21	(5.166)	-	-	-	(5.166)
Encargos do uso de rede elétrica		(3.613)	-	-	-	(3.613)
Seguros		(485)	-	-	-	(485)
Depreciação e amortização		(12.450)	-	-	-	(12.450)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(2.224)	-	(2.224)
Provisões para processos judiciais		-	(1)	-	-	(1)
Indenização de seguros	7	-	-	-	4.185	4.185
Outras receitas (despesas) operacionais		2.689	(116)	-	-	2.573
Total		(28.308)	(2.108)	(2.224)	4.185	(28.455)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

19. Resultado financeiro

	2025	2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	329	179
Atualização de créditos tributários	6	-
Outras receitas financeiras	1	2
	336	181
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(44)	(44)
Encargos de dívidas	(33.785)	(24.806)
Atualização de impostos e multas	(1.037)	(211)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(379)	(510)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(108)	(35)
Atualização financeira desmantelamento	(33)	(67)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(163)	(166)
Encargos financeiros - compartilhamento	(3.382)	(4.099)
Outras despesas financeiras	(7)	(2)
	(38.938)	(29.940)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Variações cambiais de dívidas	(1)	-
Outras variações cambiais	(39)	(376)
	(40)	(376)
Total	(38.642)	(30.135)

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

	2025	2024
Receita de suprimento de energia elétrica	26.983	25.540
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.159	2.043
Renda de aplicações financeiras	330	179
Indenização de seguros	9.515	2.814
Outras receitas	1.383	-
Variação cambial realizada	32	-
Outras receitas financeiras	6	-
Total base de cálculo do imposto de renda	13.425	5.036
Alíquota do imposto de renda (15%)	(2.014)	(756)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(1.341)	(480)
Total do imposto de renda	(3.355)	(1.236)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.238	3.065
Renda de aplicações financeiras	330	179
Indenização de seguros	9.515	2.814
Outras receitas	1.383	-
Variação cambial realizada	32	-
Outras receitas financeiras	6	-
Total base de cálculo da contribuição social	14.504	6.058
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.305)	(545)
Total	(4.660)	(1.781)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

21. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

21.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
			Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Obrigações com acionistas - redução de capital	Até dezembro de 2026		(33.000)	(33.000)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Até dezembro de 2026		(37.998)	(30.525)	(1.681)	(1.682)
Mútuo	De novembro de 2020 a agosto de 2029	11	(216.969)	(186.334)	(30.697)	(21.405)
Contrato de prestação de serviços técnicos administrativos, financeiros e de suporte contábil	Fevereiro de 2030		(21)	-	(21)	-
Total			(287.988)	(249.859)	(32.399)	(23.087)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

21.2 Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas
<u>Compra e venda de energia</u>					
Enel Trading Brasil S.A.	Até 31 de dezembro de 2027	(4.614)	1	3.286	3.006
		(4.614)	1	3.286	3.006
<u>Devolução de indenização de seguros</u>					
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.	Dezembro de 2026	(3.810)	(3.810)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.	Dezembro de 2026	(3.520)	(3.520)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.	Dezembro de 2026	(7.080)	(7.080)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.	Dezembro de 2026	(3.881)	(3.881)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Dezembro de 2026	(3.825)	(5.269)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A.	Dezembro de 2026	(2.952)	(2.952)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A.	Dezembro de 2026	(3.206)	(3.206)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A.	Dezembro de 2026	(3.875)	(3.875)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.	Dezembro de 2026	(471)	(471)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Dezembro de 2026	(37)	(37)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.	Dezembro de 2026	(321)	(321)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.	Dezembro de 2026	(273)	(273)	-	-
		(33.251)	(34.695)	-	-
<u>Suporte operacional</u>					
Enel Green Power SpA	De janeiro de 2018 até junho de 2053	(1.989)	(2.306)	-	-
		(1.989)	(2.306)	-	-
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enel Power do Brasil Ltda.	Até dezembro de 2026	(1.591)	(1.591)	-	-
EGP Brasil Participações Ltda.	Até dezembro de 2026	-	60	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	Até dezembro de 2026	19	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.	Até dezembro de 2026	884	828	-	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Até dezembro de 2026	91	91	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Até dezembro de 2026	3.768	2.320	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Até dezembro de 2026	29	29	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Até dezembro de 2026	1.363	1.364	-	-
		4.563	3.101	-	-
Total		(35.291)	(33.899)	3.286	3.006

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme a necessidade de capital de giro da Companhia e disponibilidade de capital da mutuante (nota explicativa nº 11).

Obrigações com acionistas - redução de capital: Referente a redução de capital realizada no exercício de 2022. O saldo deve ser pago para a Controladora em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2026.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruïção de "Utilidades comuns", definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Indenização de seguros: Indenização de seguros: As indenizações de seguros relacionados a eventos ocorridos no Parque São Gonçalo são realizadas pela seguradora de forma centralizada para o referido parque. Os valores recebidos por empresas do grupo que atuam como receptoras da indenização, são posteriormente repassados às demais companhias do Parque São Gonçalo. Dessa forma, a EGP São Gonçalo 1 e EGP São Gonçalo 3, que foram as receptoras da indenização, devem repassar para a Companhia os valores indicados no quadro. As indenizações referem-se a lucros cessantes e danos materiais, relativas a eventos ocorridos nos exercícios de 2023 e 2025.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2025 e 2024.

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

22.1 Instrumentos financeiros

22.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (a)	31.12.2025		31.12.2024		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	1.687	1.687	69	69
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	7.245	6.976	3.986	3.986
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	1.311	1.311	1.671	1.671
Total do ativo			10.243	9.974	5.726	5.726
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	74.188	75.152	60.857	60.857
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	268.247	251.120	241.210	211.571
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	1.427	112	1.474	1.474
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	2.301	23.373	3.490	3.490
Total do passivo			346.163	349.757	307.031	277.392

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 22.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

22.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

22.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR) definidas pela da Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Esse comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam a gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidade relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.687	69
Contas a receber de clientes	4	7.245	3.986
Total		8.932	4.055

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	11	268.247	241.210
Dívida		268.247	241.210
Caixa e equivalentes de caixa	3	(1.687)	(69)
Dívida líquida (a)		266.560	241.141
Patrimônio líquido (b)	15	(6.798)	21.229
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		102,62%	91,91%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025.

Do total de dívida e obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a mútuo, obrigações com acionistas – redução de capital e obrigações de compartilhamento de infraestrutura com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance *International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados		404	703	3.170	16.542	34.949	55.768
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	24	-	48.651	75.769	190.653	-	315.073
Total		404	49.354	78.939	207.195	34.949	370.841

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 1 S.A.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2025	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Mútuo	216.969	12.022	16.547	20.939	25.205	29.352
IPCA						
Banco do Nordeste	51.896	1.631	2.067	2.499	2.927	3.353
Total	268.865	13.653	18.614	23.438	28.132	32.705

22.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.